

Apostilamento volta a ser discutido entre os vereadores, e a Lei é aprovada em 2ª Votação

14/09/2010



Indicar para um amigo

A 2ª votação do Projeto de Lei nº 053/2010, que revoga o artigo 49 da Lei nº 810/91, e dá outras providências, com o intuito de acabar com o apostilamento no serviço municipal, mais uma vez foi motivo de muito debate entre os vereadores.

Na reunião da última terça-feira, 14, foi votada uma Emenda Substitutiva ao projeto de lei, de autoria do vereador Carlitos Alves (PDT), bem como a 2ª votação do próprio projeto em si, de autoria do prefeito municipal.

A discussão, desta vez, ficou em torno da emenda do vereador, que prevê uma extensão progressiva ao prazo para que a prefeitura realize o pagamento do benefício aos apostilados. De acordo com o projeto de lei, os funcionários que estavam de 1 a 5 anos de serem beneficiados com o apostilamento, receberão esses benefícios. A emenda do vereador propôs que a prefeitura não precisa pagar todos os benefícios de imediato, para não comprometer o seu orçamento. Assim, os servidores receberiam seus benefícios em um período de 1 até 3 anos, dependendo de quanto tempo falte para eles serem apostilados.

A emenda recebeu críticas dos vereadores João Januário (PSDC), Luis Eduardo (PDT), Marcos Nunes (PT) e Antônio Elias (PMDB), que votaram contra sua aprovação. O vereador João Januário, que já tinha votado contra o projeto do prefeito, afirmou que esta era mais uma medida que iria prejudicar os servidores públicos. Luis Eduardo defendeu que os vereadores e o prefeito tenham coragem de tomar medidas necessárias, e disse que essa emenda não coloca um ponto final na questão. Os vereadores Antônio Elias e Marcos Nunes defenderam que o projeto original, como encaminhando pelo prefeito, já tinha sido debatido e está garantido que a prefeitura poderia arcar com todos os gastos relativos ao projeto, sem maiores problemas.

O líder do prefeito, vereador João Batista (PR) afirmou que a emenda era válida, uma vez que o prefeito não havia pedido um tempo para que a lei entrasse em vigor após sua aprovação. Assim, a emenda garantiria um tempo para que a prefeitura realizasse um levantamento mais aprofundado de todos os servidores que seriam beneficiados e planejasse esse pagamento. Porém, o vereador garantiu que a idéia do prefeito é de pagar todos os benefícios em um prazo curto, em torno de 4 meses.

Antes de começar a votação, o líder do prefeito pediu para que todos os seus colegas de bancada votassem a favor da emenda, e, assim, ela acabou sendo aprovada por 5 votos favoráveis e 4 contrários.